

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Euro)

ATIVO	Notas	1999		1998	
		Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	4.1	479		479	941
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
Outros emissores	4.2	44 742		44 742	44 742
Participações	4.3	7 620	6 169	1 451	1 712
Partes de capital em empresas coligadas	4.4	826 527		826 527	820 531
Imobilizações incorpóreas	4.5	1 710	1 134	576	238
Imobilizações corpóreas	4.6	483	94	389	397
Das quais: [Imóveis]		[5]		[5]	[4]
Outros activos	4.7	14 991		14 991	14 994
- Contas de regularização	4.8	15 182		15 182	677
Total do Activo		911 734	7 397	904 337	884 232
PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS					
Débitos representados por títulos					
Obrigações em circulação	4.9				99 061
Outros passivos	4.10				4 706
Contas de regularização	4.11				2 585
Provisões para riscos e encargos					
Provisões para pensões e encargos similares	4.12				1 247
Capital subscrito	4.13				565 000
Prémios de emissão	4.14				80 115
Reservas	4.15				103 445
Lucro do exercício					48 178
Total do Passivo e dos Capitais Próprios					904 337

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Euro)

CUSTOS	Notas	1999	1998
Juros e custos equiparados	4.18	4 642	9 134
Comissões		47	39
Gastos gerais administrativos			
Custos com o pessoal	4.19	3 102	2 333
Dos quais:			
[Salários e vencimentos]		[3 075]	[2 317]
[Encargos sociais]		[27]	[16]
Dos quais:			
[Com pensões]		[2]	[2]
Outros gastos administrativos		455	471
Amortizações do exercício	4.5/4.6	373	340
Outros custos de exploração		3	1
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	4.16	1 247	380
Provisões para imobilizações financeiras	4.16	261	
[Resultado da actividade corrente]		[48 184]	[24 542]
Perdas extraordinárias	4.20	46	52
Outros impostos		3	11
Lucro do exercício		48 178	83 536
		58 357	96 297

PROVEITOS	Notas	1999	1998
Juros e proveitos equiparados	4.18	1 584	2 269
Dos quais:			
[De títulos de rendimento fixo]		[1 567]	[2 206]
Rendimento de títulos			
Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	4.18	56 726	34 968
Outros proveitos de exploração		4	3
Ganhos extraordinários	4.20	43	59 057
		58 357	96 297

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Euro)

15.379
PROC. N.º 261/EMITACTIVIDADES OPERACIONAIS

	1999	1998
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	1 646	2 384
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(52)	(75)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(3 028)	(50)
Resultados extraordinários operacionais	(8)	(2 788)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	(1 442)	(529)
Diminuições (aumentos) em:		
Outros activos e contas de regularização	3	339
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	3	339
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos e contas de regularização	(7)	(100)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(7)	(100)
	(1 446)	(290)

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisições de partes de capital em empresas coligadas:		
BPI Fundos - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	(4 493)	
BPI Dealer - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.	(1 544)	
CrédiUniverso - Serviços de Marketing, S.A.		(6 983)
Vendas de participações:		
CrédiUniverso - Serviços de Marketing, S.A.	42	
Aquisições de imobilizado corpóreo e incorpóreo	(703)	
Vendas de imobilizado corpóreo e incorpóreo	5	19
Dividendos recebidos e outros proveitos	42 345	34 966
	35 652	28 002

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Emissões de dívida titulada e subordinada:		
Papel Comercial (fluxo líquido de amortizações)	(112 429)	9 477
Aumento de capital		
Valor nominal	45 237	
Prémios de emissão	80 115	
Juros de dívida titulada e subordinada	(4 824)	(6 659)
Distribuição de resultados do exercício anterior	(42 767)	(38 871)
	(34 668)	(36 053)
Diminuição de caixa e seus equivalentes	(462)	(8 341)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	941	9 282
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	479	941

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas
Domingos António Baptista Vieira

O Conselho de Administração

Presidente: Artur Santos Silva
 Vice-Presidentes: Carlos da Câmara Pestana
 Fernando Ulrich
 Ruy Matos de Carvalho
 Vogais: Alfredo Resende de Almeida
 António Seruca Salgado
 António Domingues
 Armando Leite de Pinho
 Alfons Maristany
 Isidro Fainé Casas
 João Sanguinetti Talone
 Jorge Holtreman Roquette
 José Pena Amaral
 Klaus Dührkop
 Manuel de Oliveira Violas
 Detlev Bremkamp
 Roberto Egydio Setúbal
 Tomás Jervell
 Vitor Constâncio

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

1999	
15.382	
PROC. Nº	261/Ent

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**E****RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO**

(Montantes expressos em milhares de Euro - mEuro)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre o Relatório de Gestão do exercício de 1999 e as demonstrações financeiras individuais anexas do BPI – SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem os balanços individuais em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as correspondentes demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nestas datas e as respectivas notas, documentos que evidenciam os seguintes totais:

	1999	1998
Balanço (activo líquido)	904.337	884.232
Capitais próprios, incluindo o lucro do exercício	796.738	665.975
Lucro do exercício	48.178	83.536

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade e os correspondentes resultados das suas operações e fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre essa informação financeira.

Âmbito

3. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de gestão do exercício de 1999, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4. As demonstrações financeiras individuais anexas da Sociedade foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas, apresentadas separadamente, são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira da Sociedade e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 1999 e 1998 consistem num aumento do activo de mEuro 15.646.203 e mEuro 14.695.646, numa diminuição das reservas de mEuro 222.612 e mEuro 153.004 e num aumento dos resultados do exercício de mEuro 76.621 e mEuro 53.459, respectivamente.

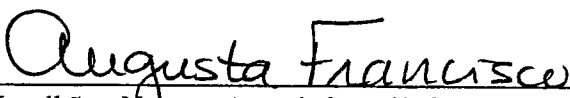
Opinião

5. Em nossa opinião, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas mencionados no parágrafo 1 acima:
- (i) apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 4 acima, a posição financeira individual do BPI - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, bem como os resultados individuais das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para os exercícios findos nestas datas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras os quais, excepto conforme descrito no parágrafo 6 abaixo, foram aplicados de forma consistente entre exercícios; e
 - (ii) satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.
6. Em 1998, na sequência da alteração introduzida pelo Banco de Portugal através da sua instrução nº 7/98, de 15 de Maio, a Sociedade registou ganhos extraordinários nas demonstrações financeiras individuais no montante de mEuro 59.038, referentes a vendas de títulos a empresas relativamente às quais existem relações de domínio, efectuadas em exercícios anteriores, e que até então se encontravam diferidos em "Contas de regularização" do passivo (Nota 4.20).

Ênfase

7. Em 1999 o Banco Português de Investimento, S.A. antecipou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 1999 no montante de mEuro 7.000 e, nos termos do Plano de Contas para o Sistema Bancário, a Sociedade reconheceu esses dividendos como proveitos na sua demonstração de resultados individuais (Nota 4.18).

Porto, 1 de Março de 2000


Magalhães, Neves e Associados - SROC
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

(Montantes expressos em milhares de Euro)

ACTIVO	Notas	1999		1998		PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	Notas	1999	1998
		Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.1	545 784		545 784	135 684	Débitos para com Instituições de Crédito			
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	4.2	318 144		318 144	393 849	À vista	4.14	32 865	50 140
Outros créditos sobre Instituições de Crédito	4.3	2 651 184	110 899	2 540 285	3 002 372	A prazo ou com pré-aviso	4.14	2 904 121	3 047 081
Créditos sobre Clientes	4.4	9 582 268	102 445	9 479 823	7 547 929	Débitos para com Clientes			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						Depósitos de poupança			
Emissores públicos	4.5	718 471	1 150	717 321	1 391 696	Outros débitos	4.15	785 012	795 961
Outros emissores	4.5	1 242 284	7 457	1 234 827	1 485 103	À vista			
Ações e outros títulos de rendimento variável	4.6	290 087	6 037	284 050	163 307	A prazo	4.15	3 897 336	3 408 750
Partes de capital em empresas associadas	4.7	74 639	574	74 065	51 443	Débitos representados por títulos			
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	4.8	44 146		44 146	43 683	Obrigações em circulação	4.16	1 199 416	640 864
Outras participações financeiras	4.9	203 719	4 145	199 574	212 254	Outros passivos	4.17	211 908	182 411
Imobilizações incorpóreas	4.10	84 343	66 496	17 847	12 592	Contas de regularização	4.18	522 672	440 897
Imobilizações corpóreas	4.11	569 658	259 157	310 501	259 475	Provisões para riscos e encargos			
Das quais: [Imóveis]		[294 344]	[96 701]	[197 643]	[188 952]	Provisões para pensões e encargos similares	4.19	2 936	1 339
Ações próprias		1 163		1 163		Outras provisões	4.19	119 666	95 155
Outros activos	4.12	223 795	34 741	189 054	311 059	Fundo para riscos bancários gerais	4.19	10 491	23 430
Contas de regularização	4.13	593 956		593 956	569 432	Passivos subordinados	4.21	599 426	569 141
						Interesses minoritários	4.22	271 131	233 817
						Capital subscrito	4.23	565 000	388 804
						Prémios de emissão	4.24	80 115	118 388
						Reservas	4.25	(119 167)	(77 757)
						Lucro consolidado do exercício	4.36	124 799	136 995
Total do Activo		17 143 641	593 101	16 550 540	15 579 878	Total do Passivo e dos Capitais Próprios		16 550 540	15 579 878

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Garantias prestadas e outros passivos eventuais

Dos quais:

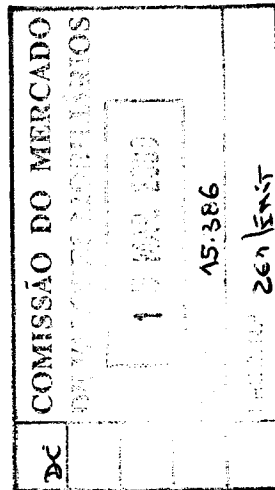
[Garantias e avais]

[Outros]

Compromissos

Dos quais:

[Resultantes de operações de venda com opção de recompra]



As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

BPI SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Euro)

CUSTOS	Notas	1999	1998	PROVEITOS	Notas	1999	1998
Juros e custos equiparados	4.29	573 482	722 122	Juros e proveitos equiparados	4.29	907 795	1 057 337
Comissões	4.30	10 960	12 831	Rendimento de títulos	4.29	6 770	2 896
Prejuízos em operações financeiras	4.31	650 599	428 075	Comissões	4.30	173 240	186 365
Gastos gerais administrativos				Lucros em operações financeiras	4.31	710 383	481 756
Custos com o pessoal	4.32	253 420	249 555	Reposições e anulações de provisões	4.27	43 549	61 929
Outros gastos administrativos		130 954	117 035	Resultados em empresas associadas e em filiais			
Amortizações do exercício	4.10/4.11	39 063	35 586	excluídas da consolidação		14 557	18 871
Outros custos de exploração	4.33	5 155	4 491	Outros proveitos de exploração	4.33	37 974	36 967
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	4.27	71 619	93 868	Ganhos extraordinários	4.34	41 617	49 928
Provisões para imobilizações financeiras	4.27	380	452				
Perdas extraordinárias	4.34	28 361	44 107				
Impostos sobre os lucros	4.35	24 641	30 483				
Outros impostos		4 437	4 029				
Interesses minoritários no lucro do exercício	4.22	18 015	16 420				
Lucro consolidado do exercício	4.36	124 799	136 995				
		<u>1 935 885</u>	<u>1 896 049</u>			<u>1 935 885</u>	<u>1 896 049</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DE COMISSÃO DO MERCADO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Euro)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

	1999	1998
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	1 272 728	1 498 299
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(719 108)	(927 510)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(264 486)	(318 023)
Recuperações de crédito e juros vencidos	25 560	21 907
Resultados extraordinários operacionais	(10 675)	(14 814)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	304 019	259 859
Diminuições (aumentos) em:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	464 556	681 991
Créditos sobre clientes	(1 955 971)	(1 335 796)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	931 049	425 819
Ações e outros títulos de rendimento variável	10 972	20 585
Outros activos e contas de regularização	150 893	171 607
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(398 501)	(35 794)
Aumentos (diminuições) em:		
Débitos para com instituições de crédito - a prazo ou com pré-aviso	(142 960)	(61 277)
Débitos para com clientes	295 988	45 680
Outros passivos e contas de regularização	5 525	(145 295)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	158 553	(160 892)
Contribuições para Fundos de Pensões	(44 510)	(3 123)
Pagamento de impostos sobre lucros	(27 613)	(26 935)
	(8 052)	33 115

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição / constituição de partes de capital:		
Univero Banco Directo, S.A.		(40 702)
CrediUnivero - Serviços de Marketing, S.A.		(6 983)
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	(19 703)	
Viacer - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda	(7 532)	
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	(471)	
BPI Locação de Equipamentos, Lda	(150)	
Outras empresas	(286)	(4 444)
Venda de partes de capital:		
Eurovalor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.		1 127
Outras empresas	354	50
Venda de partes de capital a empresas associadas do Grupo BPI		
Outras empresas	32	65
Aquisições de participações	(131 947)	(237 986)
Vendas de participações	11 217	91 425
Aquisições de imobilizado incorpóreo e corpóreo	(114 515)	(43 580)
Vendas de imobilizado corpóreo		
Imóveis de serviços próprio	218	1 890
Outros	1 448	1 182
Outras variações em imobilizado corpóreo e incorpóreo	14 746	3 197
Dividendos recebidos e outros proveitos	11 924	4 878
	(234 665)	(229 881)

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Emissões de dívida titulada e subordinada	812 280	409 762
Amortizações de dívida titulada	(122 785)	(27 015)
Aquisições e vendas de dívida titulada e subordinada própria	(131 021)	(125 837)
Aumento de capital	125 351	
Interesses minoritários	748	
Juros de dívida titulada e subordinada	(30 724)	(75 493)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(16 895)	(15 408)
Distribuição de resultados do exercício anterior	(42 767)	(38 871)
	594 387	127 138
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	351 670	(69 628)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	479 393	550 837
Caixa e seus equivalentes do UBD e da CrediUnivero em 31/Jul/98		(1 816)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	831 063	479 393

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações

O Técnico Oficial de Contas
Domingos António Baptista Vieira

O Conselho de Administração
Presidente Artur Santos Silva
Vice-Presidentes Carlos da Câmara Pestana
Fernando Ulrich
Ruy Matos de Carvalho
Vogais Alfredo Resende de Almeida
António Seruca Salgado
António Domingues
Armando Leite de Pinho
Alfons Maristany
Isidro Fainé Casas
João Sanguinetti Talone
Jorge Holtreman Roquette
José Pena Amaral
Klaus Dührkop
Manuel de Oliveira Violas
Detlev Bremkamp
Roberto Egydio Setúbal
Tomás Jervell
Vitor Constâncio

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**E****RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO**

DE	COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS
	11 MAR. 2000
REG. Nº	15.392
PROC. Nº	269/emit

(Montantes expressos em milhares de Euro – mEuro)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre o Relatório de Gestão do exercício de 1999 e as demonstrações financeiras anexas do BPI - SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem os balanços consolidados em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as demonstrações consolidadas de resultados e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nestas datas e as correspondentes notas, documentos que evidenciam os seguintes totais:

	1999	1998
Balanço (activo líquido)	16.550.540	15.579.878
Capitais próprios (incluindo o lucro consolidado do exercício)	650.747	566.430
Lucro consolidado do exercício	124.799	136.995

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada da Sociedade e os correspondentes resultados das operações e fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre essa informação financeira.

Âmbito

3. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, a verificação das operações de consolidação e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de gestão do exercício de 1999, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

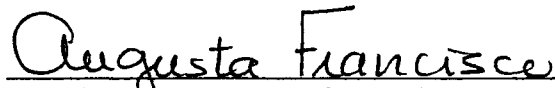
Opinião

4. Em nossa opinião, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas mencionados no parágrafo 1 acima:
- (i) apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPI - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nestas datas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector; e
 - (ii) satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Ênfase

5. Conforme referido na Nota 2, em 1999 a Sociedade amortizou por contrapartida de reservas as despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas não relevadas como custo em 31 de Dezembro de 1998 (Notas 4.13 e 4.25). Este procedimento mereceu o acordo do Banco de Portugal e implicou uma redução do activo e das reservas no montante de mEuro 112.180.

Porto, 1 de Março de 2000



Magalhães, Neves e Associados - SROC

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

24574

261/ENIT

ACTA NÚMERO PRIMA E UNF

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil, pelas dez horas e tanto minutos, reuniu no Auditório da Fundação de Serralves, na Rua 2.ª João de Castro, número duzentos e dez, no Porto, a Assembleia Geral da BPI - SGPS, S.A. conforme avisos convocatórios publicados no Diário da República, III Série, número quarenta e sete, de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil, bem como nas edições dos jornais "Diário de Notícias" e "Jornal de Notícias" da mesma data, e no Boletim de Notícias da Bolsa de Valores de Lisboa de vinte e quatro de Fevereiro.

A reunião foi presidida pelo Senhor Dr. Rui Manuel Parente Chancelle de Machele e secretariada pela Senhora Dra. Maria Estela Magalhães Barbot em representação de Infinitos Sareef, Lda..

Estiveram presentes ou representados trezentos e vinte e nove Accionistas detentores de duzentos e noventa e nove milhões novecentos e setenta e quatro mil quinhentos e uma ações contendo direito a voto, representativos de cinquenta e três virgula um por cento do capital social e conferindo direito a duzentos e noventa e nove mil oitocentos e quarenta e nove votos, conforme listas de presenças rubricadas que ficam arquivadas.

Aberta a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral certificou-se do cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis tendo concluído que a Assembleia Geral fora regularmente convocada e estava, por isso, em condições de validamente reunir e deliberar.

A Assembleia Geral foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Procede à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
2. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 1999;
3. Deliberar sobre uma proposta de aplicação dos resultados do exercício de 1999;
4. Deliberar sobre o projeto de fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. na BPI - SGPS, S.A., o qual prevê (i) o aumento de capital social dos atuais 565.000.000 Euros, para 1.378.100.000 Euros e (ii) a alteração dos estatutos da sociedade, consistindo na modificação dos artigos 1.º, 2.º - 1 e 2, 4.º, 5.º, 7.º - 2, 9.º - 1 e 2, 12.º - 1 e 4, 13.º, 14.º, 15.º - 1 e 2, 16.º - 2 (e) e 4 (b), 17.º - 4, 18.º - 1, 2, 3 e 7, 20.º, 22.º - 1, 24.º e 27.º, no aditamento de um número 3 aos artigos 15.º, e na eliminação dos artigos 12.º - 5, 16.º - 4 (d), 26.º - 3, 30.º e 31.º;
5. Deliberar sobre uma proposta de eleição dos órgãos sociais para o mandato 2000 - 2002;

6. Deliberar, na sequência da fusão referida no ponto 4. da presente ordem de trabalhos, sobre a constituição de uma nova instituição de crédito, cujo capital para regular de em espécie com a maior parte dos activos e passivos que integram o estabelecimento bancário do actual Banco Espírito Santo, S.A., tem como socos os respectivos Estatutos e órgãos sociais;

7. Deliberar sobre uma proposta relativa à compra pela Sociedade das ações representativas do respectivo capital social que correspondam aos direitos dos accionistas à aliquota do conjunto de ações não atribuídas por inteiro na sequência do aumento do capital que decorre da proposta referida no número anterior da presente ordem de trabalhos.

de seguida, o Presidente da Mesa propôs aos Accionistas - e foi por estes aceite - a modificação da ordem por que seriam apreciadas e votadas as propostas relativas a alguns dos pontos da ordem de trabalhos, passando o ponto 2 a ponto 1, o ponto 3 a ponto 2 e o ponto 1 a ponto 3.

Relativamente ao ponto número um, usou da palavra o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Arthur Santos Silva, para apresentar aos Accionistas presentes os aspetos mais relevantes da atividade do Grupo durante o ano de 1999, sublinhando o facto de terem sido plenamente atingidos os objetivos particularmente ambiciosos que tinham sido, digamos, estabelecidos e apresentados aos Accionistas no início do exercício anterior.

A este propósito, apresentou os principais indicadores económicos-financeiros da atividade do Grupo, tanto na área comercial como na área de investimento, tendo ainda dado conta do cumprimento do programa anunciado aos Accionistas no ano de 1999, designadamente quanto à fusão plena dos bancos comerciais do Grupo, ao lançamento da marca BPI, à criação de múltiplas canais de distribuição, à mudança da imagem, à modernização dos sistemas de informação e das estruturas de operação e distribuição e, finalmente, à adaptação informática ao ano 2000 com êxito total.

Em seguida, foram referidos pelo Presidente do Conselho de Administração os resultados da atividade do Grupo no exercício de 1999, tendo sido evidenciada a criação de valor para os Accionistas ao longo dos últimos exercícios.

Finalmente, salientou que o dividendo proposto é superior ao que seria de esperar, na medida em que reflete a relação de troca prevista para a operação de fusão que tinha sido projectada com o Banco Espírito Santo.

Terminada a intervenção do Senhor Dr. Arthur Santos Silva, o Presidente da Mesa concedeu o uso da palavra à disposição dos presentes para, caso pretendessem, solicitar esclarecimentos adicionais.

Não tendo sido suscitada qualquer questão, foi explicado o método de votação a adoptar na reunião e, entrando no ponto número um da ordem de trabalhos, foi aprovada por maioria de 99,99% dos votos expressos e com uma abstenção a proposta apresentada pelo Accionista Francisco Assis de Magalhães que a seguir se reproduz:

"Proporho que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 1999."

Entrando no ponto número dois - deliberar sobre uma proposta de aplicação dos resultados do exercício de 1999 -, foi aprovada por maioria de 99,99% dos votos expressos e com uma abstenção a seguinte proposta apresentada pelo Conselho de Administração:

"No exercício de 1999 o BPI-SOPIS, S.A. obteve um lucro consolidado de 124 799 473 euro e um lucro individual de 48 178 365.36 euro.

Propõe-se que, relativamente ao exercício de 1999, seja distribuído um dividendo de 0.10 euro (10 centimos de euro) a cada uma das 565 milhões de ações representativas do capital social em trinta e um de dezembro de 1999.

O dividendo proposto reflete, relativamente à proposta de distribuição de dividendo que o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo apresentou à Assembleia Geral de Accionistas daquele Banco, a razão de troca de 41 para 59 definida para a proposta de fusão entre o BPI-SOPIS e o Banco Espírito Santo a submeter pelos Conselhos de Administração das duas instituições às respectivas Assembleias Gerais.

O dividendo por acção proposto representa, em termos ajustados pelo aumento de capital e renominalização concretizados no decurso de 1999, um crescimento de 24 por cento relativamente daquele que foi distribuído no ano anterior e corresponde a uma distribuição de 45 por cento do lucro consolidado do exercício.

Nas contas individuais, o dividendo proposto, acrescido do montante a reter para reforços da reserva legal nos termos do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, determina a distribuição parcial de reservas livres do BPI - SGPS, S.A., no montante de 10 730 552.91 euros, em complemento da utilização do seu lucro individual. Nas contas consolidadas, o dividendo proposto implica que a parcela do lucro consolidado não distribuído, no montante de 68 299 473 euros, determine o aumento das reservas para 29 247 465 euros. Considerando-se a distribuição do dividendo proposto, o orden de solvabilidade consolidado do Grupo BPI ascende a 11.6 por cento. Assim, no exercício da competência que lhe confere o artigo 16.º, n.º 2, b) das Estatutos, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do lucro do exercício:

Para Reserva Legal

(artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais)

Para Dividendos

2 408 918.27 euros

45 769 447.09 euros

48 178 365.36 euros

Complementado pela distribuição de Reservas Livres num montante de 10 730 552.91 euros pelo que o montante total de dividendos a distribuir ascende a 56 500 000.00 euros

Em relação ao ponto número três - proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade - foi submetida à votação e aprovada por maioria de 99,99% dos votos expressos e com uma abstenção a seguinte proposta suscitada pelo Accionista Francisco Assis de Fagalhães:

"Considerando a forma como exerceram os respectivos mandatos durante o exercício de 1999, proponho que a Assembleia Geral aprove um voto de confiança e laudar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, extensivo a todos e a cada um dos membros destes órgãos sociais."

Entrando no ponto número quatro da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Presidente do Conselho de Administração para dar conta da decisão de retirar as propostas relativas aos pontos 4, 5, 6 e 7 em resultado da interrupção do projecto de fusão que vinha sendo analisado com o Baneu Espírito Santo. A este propósito, explicou os fundamentos da decisão tomada por acordo das duas instituições, salientando o alto grau de profissionalismo e elevação verificado no diálogo mantido entre os dois Grupos, designadamente pelas equipas do BPI e pelos Accionistas com posições mais zelantes que intervieram no processo.

Finalmente, concluiu que a capacidade demonstrada pelo BPI no passado, a integração dos bancos comerciais concretizada com sucesso e os resultados da actividade em 1999 constituem razões para crer que o projecto se manterá como vencedor e para encorajar o futuro com confiança.

Terminada a intervenção do Presidente do Conselho - aplaudida pelos Accionistas -, interveio o Administrador Senhor Dr. Carlos da Câmara Restano para, em representação dos membros não executivos do Conselho de Administração que acompanharam directamente as negociações entre a Comissão Executiva e o Baneu Espírito Santo, assegurar que, du-

Ante todo o processo, os membros desta Comissão, designadamente os Senhores Dr. Avelar Santos Silva e Dr. Fernando Ulrich, assumiram uma posição muito elara na defesa dos interesses dos Accionistas e do prestígio da Instituição.

Silencio, aliado, que, como retrospectiva do processo desenvolvido desde meados do Y-nero, não existe qualquer reparo a fazer à forma diligente como se posicionaram os membros da Comissão Executiva.

Concluiu referindo que os membros não executivos do Conselho de Administração estão inteiramente de acordo com a Comissão Executiva e lavam a respectiva actuação, particularmente a do Presidente e do Vice-Presidente, pela forma elara como defenderam os interesses da Instituição.

Após a intervenção do Senhor Dr. Carlos da Câmara Restina - igualmente aplaudida pelos Accionistas -, o Presidente da Mesa declarou que, face à natureza da proposta de fusão por parte do Conselho de Administração e porque não se verificou qualquer iniciativa sobre a matéria por parte de qualquer Accionista, o processo de fusão entre o BPE-SAPS, S.A. e o Banco Espírito Santo, S.A. se encontra terminado, não se tendo concretizado a fusão nem produzindo quaisquer efeitos jurídicos, o que expressamente se consigna.

Nada mais havendo a tratar, pelas onze horas o Presidente da Mesa encerrou a reunião da qual se lavrou para constar, o presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

X Rui Luís Gant Emanuel de Almeida
X Presidente da Comissão Executiva